



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE SANTA CATARINA: A PRÁTICA EM QUESTÃO

MARIA JOSÉ CARVALHO DE SOUZA DOMINGUES
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB
mariadomingues@furb.br

ANTONIO MARCOS MARANGONI
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB
marangoni@ifc-sombrio.edu.br

SHARLENE REGINA DE SOUZA
UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB
SH

RESUMO

O desenvolvimento deste trabalho é um esforço embrionário para apresentar de maneira sistematizada três indicadores acadêmicos que afetam os Institutos Federais (IFs) no estado de Santa Catarina por decisão do Tribunal de Contas da União e pautados no Acordo de Metas, estabelecido entre o Poder Executivo e as instituições de ensino da Rede Federal de Educação. Objetiva-se identificar se a relação número de professores por aluno causa impacto direto nos indicadores de eficiência e eficácia das instituições, comparando a realidade das duas instituições situadas no Estado de Santa Catarina. Os dados levantados foram referentes ao período de 2009 a 2015. Para atender o objetivo foram utilizados procedimentos de pesquisa bibliográfica, por meio do Acordo de Metas e dos Relatórios de Gestão das Instituições. Observa-se que os indicadores analisados ainda não atingiram as metas, não sendo possível identificar relação direta entre o número de docentes por aluno e os demais indicadores que aferem o bom aproveitamento do ensino nas instituições. O resultado da pesquisa converge para a orientação empírica inicial demonstrando níveis de maturidade organizacional diferente entre as instituições e as práticas em consolidação.

Palavras Chaves: Institutos Federais; indicadores acadêmicos; políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente cabe uma contextualização histórica que vem delineando ao longo dos anos a ação presente do governo federal na educação com a perspectiva de atuação no desenvolvimento local e regional. Segundo informações dos órgãos oficiais, Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o poder público federal iniciou sua atuação no ensino profissional em 1909 quando o então presidente Nilo Peçanha instaurou as primeiras Escolas de Aprendizes Artífices que anos mais tarde, na década de 1930, tomaram forma de Liceus Industriais.

A partir de 1942 com a primeira reestruturação da Rede Federal nasceram as Escolas Industriais e Técnicas, com objetivo de oferecer estudos equivalentes ao nível secundário e com a formação profissional agregada ao conteúdo de estudo (BRASIL, INSTITUTOS FEDERAIS, 2008).

Ao longo de mais de meio século, as escolas federais foram crescendo e se adaptando a realidade moderna da época e a sua vocação local. Em 2007 o Ministério da Educação desenvolveu e apresentou um plano de ação com a perspectiva de ordenar estrategicamente as ações no desenvolvimento da educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) apresentando um conjunto de ações que sistematizadas atenderiam todas as áreas de atuação (BRASIL, INSTITUTOS FEDERAIS, 2008).

Entre as ações descritas no Plano também está contemplada a educação tecnológica e profissional, com a fixação de uma nova configuração na Rede Federal. Em 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892/2008, que estabeleceu novo marco regulatório na educação profissional e provocou nova e profunda reestruturação na Rede Federal de Educação.

De acordo com a Lei nº 11.892/2008, as Escolas Agrotécnicas Federais, os Colégios Agrícolas e os Centros Federais de Ensino Tecnológico, passaram a fazer parte, como Câmpus, dos então criados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A criação dos Institutos Federais fortaleceu a proposta da Rede Federal e demarcou de maneira clara as suas competências que, entre outras, pode-se perceber a estreita articulação explícita com os setores de produção e de desenvolvimento local e regional e o compromisso de formar professores de áreas básicas habilitados ao ensino.

Vários estudos já foram publicados com fulcro em avaliação de qualidade e institucional das instituições de ensino superior, entre estas, os institutos Federais. Autores como Jacob (2003), Walter, Tontini e Domingues (2005), demonstram a possibilidade de avaliação por diferentes atributos e construção de dimensões avaliativas. Entre tantas possibilidades desperta a atenção a estrutura de avaliação institucional elaborada pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão 2.267/2005, que estabelece os métodos de cálculo para concepção dos Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT e também o documento intitulado Acordo de Metas e Compromissos, firmado entre o Ministério da Educação e os Institutos Federais, em meados do ano de 2010.

Com base no arcabouço teórico, definiu-se por avaliar as instituições sob um único prisma, que se torna também o objetivo deste estudo, qual seja a relação do número alunos por professores e se esta relação exerce impacto direto nos indicadores de eficiência e alunos concluintes da instituição, comparando ainda, os dois Institutos Federais do Estado de Santa Catarina, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC.

O estudo proposto está amparado e se justifica na premissa de eficiência do estado que deve apresentar contribuições sólidas com suas ações e investimentos, assim esta pesquisa pode alimentar as discussões acadêmicas e contribuir para o entendimento das relações entre as

políticas governamentais, firmadas com a expansão da Rede Federal de educação e a eficiência destas junto à população.

Qualquer estudo ou reflexão sobre essa nova institucionalidade não pode prescindir de inserir em seu âmbito o projeto político que está sendo proposto à sociedade como alternativa de desenvolvimento e construção da educação transformadora.

O Projeto Político Pedagógico do Instituto Federal Catarinense define que o direcionamento dado à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, aproveitando o potencial já instalado das escolas técnicas e potencializando com os novos câmpus, tem o propósito de contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural do país, atendendo a crescente demanda para a formação de profissionais que possam difundir o conhecimento técnico e servir de suporte as necessidades dos arranjos produtivos locais.

Na mesma direção, a diretriz do Plano de Desenvolvimento Institucional, editado pelo IFSC, propõe que a instituição quer assumir sua função social, voltada a socialização dos saberes teóricos, práticos e comportamentais, buscando o desenvolvimento dos indivíduos para que estes se constituam cidadãos participativos e agentes promotores de mudança da sociedade.

Este trabalho não pretende aprofundar a discussão sobre o estado da arte teórica quanto ao contexto da institucionalização das organizações, tão pouco estabelecer uma discussão sobre as concepções da educação no Brasil, entende-se relevante os conceitos ora apresentados, para que se possa perceber qual a participação dos Institutos Federais como agentes governamentais de fomento da educação no país e qual realidade estes estão alcançando, que é o foco que direciona este estudo.

Este artigo está organizado em cinco seções básicas, a primeira é esta introdução, que expõe a presente pesquisa, a segunda seção apresenta uma versão condensada do contexto teórico sobre Avaliação Institucional e conceitos centrais para entendimento do estudo, a terceira seção descreve a estrutura de métodos para compor o trabalho, deixando à disponibilidade da academia a possibilidade de replicá-lo, na quarta seção apresentam-se os dados destacando em análises pontos específicos, por fim, na quinta seção ficam consignadas as considerações finais e proposituras para novos trabalhos, relacionados aos indicadores acadêmicos entre outros que podem ser aferidos nos documentos já mencionados.

2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação da educação adquiriu enorme relevância nas últimas décadas, as políticas públicas de educação têm lhe conferido grande visibilidade. A avaliação, ou a prática discursiva da avaliação, passou a compor a agenda pública da educação brasileira, como consequência o número de estudos e pesquisas sobre o tema, centrado nos pressupostos teórico-metodológicos, nos modelos de avaliação e nas políticas públicas de avaliação da educação superior, aumentou significativamente. (DIAS; Horiguela; Marchelli, 2006; Catani; Oliveira; Dourado, 2004, Dias Sobrinho, 1996, Peixoto, 2004, 2009; Leite, 2008).

Essa tendência de consolidação tende a permanecer uma vez que a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (BRASIL. MEC, 2003) fortaleceu o vetor de institucionalidade do projeto estatal de avaliação introduzido desde o Exame Nacional de Cursos (ENC) (BRASIL, 1995) e da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996). Esse cenário, debatido amplamente pela literatura (Grego, 1997; Silvajr, Guissardi, 1997; Gomes, 2002, 2003a; Dias Sobrinho, 2000, 2004; Verhine; Dantas; Soares, 2006; Giolo, Ristoff, 2006; dentre outros), revela o crescente interesse pelo estudo da avaliação da educação superior e, também, pela avaliação institucional, entendidos como processos condicionantes da gestão sistêmica e da gestão das instituições da educação

superior (IES) tanto em relação aos aspectos macro-políticos, quanto aos pressupostos teórico-metodológicos, curriculares, pedagógicos, administrativo e materiais.

Segundo o MEC (BRASIL, MEC, 2003, p.71) os principais objetivos da avaliação institucional são:

Conhecer as fortalezas e os problemas da instituição, tratar da adequação de seu trabalho com respeito às demandas sociais, as clássicas e as novas, identificar os graus de envolvimento e os compromissos de seus professores, estudantes e servidores tendo em vista as prioridades institucionais básicas.

Neste processo o foco principal dos processos avaliativos é a IES (Instituição de Ensino Superior), sob três aspectos:

a) O objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades de uma IES; dentre outros aspectos, ensino-pesquisa-extensão, administração, responsabilidade e compromissos sociais, formação etc.

b) Os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, funcionários e membros da comunidade externa, especialmente convidados ou designados.

c) Os processos avaliativos seguem os procedimentos institucionais e se utilizam da infra-estrutura da própria instituição.

Não bastando levantar as deficiências. É também muito importante identificar as qualidades e aspectos fortes da IES. Quanto aos problemas e carências, além da verificação e da constatação, é importante identificar as suas causalidades, explicitar as possibilidades reais para a superação e estabelecer as ações adequadas e os meios para a transformação desejada.

Nesta perspectiva, o posicionamento da educação no mercado brasileiro, onde a pluralidade está estabelecida e o mercado é de livre concorrência, as instituições de ensino estão tendo que olhar para o externo, a fim de perceber o que a sociedade espera dos profissionais que ela prepara, e ao mesmo tempo observar muito de perto seus estudantes, para saber o que sentem, sobre a experiência educacional e sobre o próprio crescimento intelectual e profissional que a instituição lhe oferece.

Colaborando com esta perspectiva, Walter, Tontini e Domingues (2005) comentam que, com a grande abertura de Instituições de Educação Superior (IES) proporcionada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, o mercado educacional tornou-se competitivo.

Seeman e O'Hara (2006) afirmam que, neste ambiente, as instituições de ensino garantem uma vantagem competitiva, com o aumento de habilidades em atrair, reter e atender seus alunos, os quais os autores tratam por "consumidores".

A satisfação do estudante, eleva a percepção de avaliação em relação a instituição, a imagem exposta, aliada a qualidade do ensino e do ambiente, contribui de forma significativa para a eficácia da instituição.

A grande expansão do ensino nas últimas décadas gera deterioração da qualidade, segundo o pensamento de Jacob (2003), para a autora, a necessária mudança de paradigma trará uma nova orientação para consumidores internos (professores, funcionários de todos os setores), para consumidores externos (alunos, familiares, comunidade e fornecedores), para a prestação do serviço (educação) e para a aprendizagem.

2.1 Avaliação Institucional na Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia

O processo de avaliação institucional é visceral aos Institutos Federais, pois faz parte do seu modelo de concepção, desta forma é adequado ordenar um elo que apresente os estudos teóricos sobre o tema.

A legislação estabeleceu que, para efeitos de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior ofertados, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais, pacificando algumas questões que do ponto de vista legal, sofriam tensões suscitadas pela nova institucionalidade.

Para Pacheco (2009) os Institutos Federais nascem assumindo uma forma híbrida entre Universidade clássica e os antigos centros de educação científica, por este motivo formam uma rede, que é novidade para a educação brasileira. Pacheco (2009) aponta que são instituições de educação superior, mas também de educação básica, e, principalmente, profissional, pluricurriculares e terão na formação profissional, nas práticas científicas e tecnológicas e na inserção territorial os principais aspectos definidores de sua existência.

Ante a novidade e a ausência de parâmetros para referenciá-la, os mais distintos segmentos lançaram mão de discursos e passaram então a ganhar espaço nas interações cotidianas. Esse quadro, de incertezas se modificou com o passar do tempo, na medida em que as organizações internas a cada instituto se faziam consolidar e acima de tudo com a intervenção do Ministério da Educação que naturalmente ao tomar frente à situação estabeleceu parâmetros norteadores que até então eram desconhecidos.

Neste cenário, a força operacional do Ministério da Educação, encontrou apoio no Acórdão 2.267/2005 do Plenário do Tribunal de Contas da União e estabeleceu os parâmetros para embasar um acordo de metas com os Institutos Federais e estabelecer conforme previa a nova estruturação da rede, a revisão da estrutura acadêmica, atualização dos métodos e metodologias de ensino, implantação de programas de gestão comprometidos com a racionalização, a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade dos recursos investidos, tudo isso aferido por meio de índices numéricos, com metas e compromissos finais e intermediários.

2.2 Acordo de Metas

O acordo de Metas e Compromissos estabelecido entre o Poder Executivo e as Instituições de Ensino da Rede Federal por intermédio do Ministério da Educação Profissional e Tecnológica, tem por objetivo estruturar, organizar e atuar nos Institutos Federais, criados pela Lei 11.982 de 2008, no qual estabelece por meio de um termo o Plano de Estruturação, Expansão e Atuação onde se tem a Segunda Cláusula que define as metas e compromissos das Instituições Federais do Estado, sendo elas:

1. Índice de eficiência da Instituição: Alcance da meta mínima de 90% da eficiência da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 75% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficiência da Instituição será calculado pela média aritmética da eficiência de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos regularmente matriculados e o número total de vagas de cada turma, sendo que este total de vagas é resultado da multiplicação das vagas ofertadas no processo seletivo pelo número de períodos letivos para cada uma dessas turmas;
2. Índice de eficácia da Instituição: Alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.
3. Alunos matriculados em relação à força trabalho: Alcance da relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor considerando-se, para efeito do Termo do Acordo de Metas e Compromissos, os alunos dos cursos técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), PROEJA, cursos de graduação (CST, licenciatura, bacharelado), de pós-graduação (*lato-sensu e strictu sensu*) e de Formação Inicial e Continuada, em relação a todo o quadro de professores ativos na Instituição. Para o cálculo desta relação, cada professor DE ou de 40 horas

será contado como 01 (um) professor e cada professor de 20 horas será contado como meio. O número de alunos dos cursos de Formação Inicial e Continuada será corrigido pela multiplicação da carga horária semestral do curso, dividido por 400 horas.

Para implementação e cumprimento do plano estabelecido no acordo, faz-se necessário a capacitação dos professores. A qualificação profissional dos docentes é de fundamental importância para estabelecer vínculos entre as metas e os resultados esperados, de modo que, o processo de aprendizagem nas instituições seja efetivo, afim de, alcançar seu máximo nos índices de eficiência e eficácia.

3 MÉTODO

Inicialmente, cabe registrar que a pesquisa científica é um processo conduzido com rigor de investigação objetivando gerar conhecimento novo ou que complete lacunas existentes em uma determinada área do conhecimento (SILVEIRA, et. al. 2009).

Para atender o objetivo do estudo foi definido o período de levantamento dos dados que corresponde aos anos de 2009 a 2015, o recorte se justifica por delimitar a data de origem das organizações pesquisadas, no formato de Institutos Federais, até a data atual. Considerando o tempo hábil para a pesquisa e visualizando o aspecto acadêmico que subsidia este artigo, optou-se por analisar as autarquias localizadas no Estado de Santa Catarina e a capilaridade que elas atingiram com os programas de expansão da Rede Federal, analisando e comparando três dos indicadores da gestão acadêmica definidos pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério da Educação.

As informações e os dados relativos a pesquisa que tratam das autarquias federais, foram coletados utilizando-se sítios de busca por meio da rede mundial de computadores, direcionados aos endereços eletrônicos oficiais das instituições que por sua vez disponibilizam os dados necessários para a pesquisa, por meio dos relatórios de gestão das instituições.

Com relação aos critérios da pesquisa, os procedimentos que sustentam o estudo foram documentais, sendo uma pesquisa do tipo exploratória, a fim de familiarizar os pesquisadores com o tema e torná-lo mais explícito, com aprofundamento do estudo.

A primeira análise, sustentada por uma pesquisa documental se justifica no momento inicial do estudo para organizar informações que se encontram dispersas, delineando-as, a fim de conferir uma nova importância como fonte de consulta (RAUPP; BEUREN, 2004).

Foram utilizados procedimentos de pesquisa bibliográficos para elucidar o conhecimento sobre o assunto formando a base da fundamentação teórica e metodológica, com a utilização de livros, artigos científicos, dissertações e legislações nacionais.

Amparado por Yin (2010), o método utilizado para a pesquisa é o estudo de caso, que segundo o autor, é uma estratégia utilizada para contribuir com o conhecimento de fenômenos individuais, sociais, organizacionais, políticos e de grupos.

O estudo se estabelece como estudo de múltiplos casos, para os quais foi utilizada a lógica de replicação, o que leva os pesquisadores a tratar os casos individualmente e posteriormente apoiar os achados em uma análise conjunta dos dados.

Com a aplicação desta classificação da pesquisa, foram desenvolvidos os estudos que sustentam este trabalho científico, referenciando os indicadores acadêmicos de eficiência e índice de concluintes em relação ao número de professores que atuam nas unidades dos Institutos Federais em Santa Catarina, quais sejam, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

De acordo com a metodologia estabelecida, os dados para composição dos indicadores acadêmicos foram extraídos de fontes secundárias, os Relatórios de Gestão, disponibilizados pelas instituições em sua página eletrônica oficial.

O método propunha dados de 2009 a 2015, contudo, as publicações são feitas em relação ao exercício anterior ao ano calendário, por este motivo não estão disponíveis dados de 2015, o que restringe a pesquisa até 2014. Também não estão publicados dados de 2010 do IFC, impossibilitando a análise comparativa entre as instituições neste período. Com estas contingências, a base de dados representa as informações dos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, do IFC e IFSC.

Os dados coletados em relação ao indicador de força de trabalho, que representa a relação entre o número de professores e o número de alunos podem ser demonstrados conforme tabela 01.

Vale registrar que o número de professores é identificado a partir da inferência determinada de docente em tempo integral. O número de docentes em tempo integral é encontrado a partir da soma dos professores com carga horária de quarenta horas, mais os professores com função de dedicação exclusiva, mais o resultado dos professores com vinte horas, multiplicados por zero vírgula cinco, descrita a fórmula matemática de seguinte maneira (professores com 40h + DE + professores 20h*0,5), desconsidera-se desta fórmula os professores substitutos, porque estes só ocupam uma vaga de professor efetivo que por algum motivo esta em licença e já é computado para o cálculo.

O número de alunos é aferido considerando o número de alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais técnicos de nível médio (integrado, concomitante e subsequente), PROEJA, cursos de graduação (CST, licenciatura, bacharelado), de pós-graduação (*latu-sensu e stricto-sensu*) e de formação inicial e continuada, em relação a todo o quadro de professores ativos na instituição.

Tabela 01 – Indicador de força de trabalho

Instituição / Ano	2010	2011	2012	2013	2014
IFC	sem dados	11,5	15,80	14,97	15,17
IFSC	12,80	12,95	31,15	30,31	25,84

Fonte: IFC/IFSC

A tabela 01 demonstra que o IFC tem uma variação de percentual, no período, na relação professor aluno que foi ao mínimo de 11,5 alunos por professor, quando do início da série histórica e em 2014 elevou esta média para 15,17 alunos por professor.

Na mesma tabela 01, encontram-se os dados do IFSC com relação ao número de alunos por professor. Com este segundo grupo de dados, pode-se perceber uma variação desproporcional entre os anos de 2012 e 2013 com relação ao ano de 2011, fazendo-se necessário buscar outros elementos históricos para entender este aumento de mais de 240% de um ano para outro. Contudo, o ano de 2014 já mostra uma tendência de queda nesta relação e na série histórica uma volatilidade dos dados.

Sabendo-se que o Acordo de Metas assinado entre os Institutos Federais e o Ministério da Educação estabelece o alcance de uma meta de 20 alunos matriculados em cursos presenciais por professor, é possível afirmar que o IFC, ainda não conseguiu cumprir o objetivo, enquanto o IFSC mesmo com a redução percebida em 2014 está elogiosamente acima da meta, contudo, reafirma-se a necessidade de aprofundar as pesquisas na base de

dados do Instituto Federal de Santa Catarina para esclarecer e confirmar as variações nos dados publicados.

A tabela 02 demonstra os dados em relação a eficiência da instituição, o indicador é obtido pela divisão do número de alunos concluintes em relação as matrículas com previsão de conclusão no período, determina a probabilidade de um aluno concluir com êxito o percurso acadêmico nas instituições pesquisadas, considerando o ciclo normal dos cursos.

Tabela 02 – Indicador de eficiência acadêmica

Instituição / Ano	2010	2011	2012	2013	2014
IFC	sem dados	35,03	58,00	54,99	53,98
IFSC	37,36	30,53	46,40	53,47	50,09

Fonte: IFC/IFSC

A tabela 02 demonstra o índice de eficiência, que mede o percentual de alunos que concluem os estudos com integralização dos créditos ou disciplinas necessários para a titulação.

Considerando que o Acordo de Metas firmado com o Ministério da Educação, ainda não é possível medir o atingimento da meta final estabelecida, pois esta está pactuada para o ano de 2016 e estabelecida em 90%, contudo, o referido documento prevê uma meta intermediária, de eficácia mínima de 75% de eficiência para o ano de 2013. Analisando apenas os dados da tabela 02, para a qual, as duas instituições, IFC e IFSC estão reprovadas.

Outro indicador trazido ao estudo é índice de concluintes, que demonstra o número de alunos que concluíram os estudos em relação ao total de alunos da instituição, apresentado na tabela 03.

Tabela 03 – Índice de concluintes

Instituição / Ano	2010	2011	2012	2013	2014
IFC	sem dados	24,12	22,00	18,99	15,87
IFSC	21,69	24,05	16,80	23,89	19,76

Fonte: IFC/IFSC

Mesmo existindo uma série histórica, esta não pode ser considerada como absoluta se não for extratificada, pois a partir de 2009 houve um aumento considerável na abertura de vagas para ingresso nos Institutos Federais, e estas são crescentes ao longo da série histórica ora pesquisada.

Com esta informação, percebe-se que ao ingressar em um instituto, um aluno que curse o período normal, vai levar três anos para fechar um ciclo acadêmico no ensino médio e até cinco anos para os alunos de nível superior, desta forma, até que se consolide um curso, que significa na prática o desenvolvimento de todos os semestres planejados e a formatura da turma, vão ocorrer variações neste indicador que podem não representar a realidade.

Por este motivo é importante a aferição do indicador de concluintes, a partir da metodologia de eficácia proposta no Acordo de Metas, que determina a apuração do índice de acordo com o ingresso e saída de uma turma específica e a consolidação dos dados por média aritmética simples.

Assim, tem-se um indicador que descarta o crescimento da instituição, a partir do número de matrículas, que se não considerado, preciona o indicador para baixo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer estudo ou reflexão que pretenda estabelecer um referencial histórico da evolução da Rede Federal para entender a participação dos Institutos Federais como agente governamental, não pode prescindir de inserir em seu âmbito linhas sobre essa nova institucionalidade que o projeto político dos Institutos Federais propõe à sociedade como alternativa de desenvolvimento e construção da educação transformadora.

Destaca-se que os indicadores estão intrinsecamente relacionados ao contexto macro das instituições e que um estudo mais aprofundado demonstraria com mais propriedade as transformações que os institutos federais alcançaram na sociedade catarinense, não só no que tange ao ensino técnico, mas em todos os elementos que circundam o plano de desenvolvimentos destas instituições.

Na prática, o processo de expansão e mudanças experimentadas nestas organizações, aliado ao fato de que cada campus apresenta demandas e contextos organizacionais próprios, incluindo o aumento do número de servidores, para vivenciarem toda a mudança, imprime cada vez mais complexidade ao processo de gestão. Sendo perceptível a fase de sedimentação e institucionalização que estão vivendo os Institutos Federais, cada qual estabelecendo padrões de conformidade e níveis de maturidade organizacional exigido pelos órgãos de controle, buscando cada vez mais a relação entre o conjunto de processos gerenciais e acadêmicos.

É fato que considerando apenas os indicadores analisados as instituições ainda não atingiram as metas e não é possível identificar uma relação direta entre número de docentes por alunos e os indicadores que aferem o bom aproveitamento no ensino das instituições, segundo as metodologias utilizadas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério da Educação. Ainda sobre esta constatação, não é possível indicar metricamente se estes índices estão bons ou ruins frente a realidade nacional, o que limita o estudo, mas também abre caminhos para novas intervenções sobre o assunto e a busca dos parâmetros nacionais, para qualificar Santa Catarina entre os outros Estados e também os dois Institutos em relação ao trinta e oito institutos que formam a Rede Federal.

Sendo os dados oriundos de fontes secundárias não é possível tabulá-lo por câmpus ou curso de cada instituição, esta análise demonstraria o peso positivo ou negativo de cada câmpus ou curso em relação aos indicadores pesquisados. A limitação neste estudo deve servir para nova coleta de dados, diretamente nas instituições e o aprofundamento da análise, buscando identificar qual é a parcela de contribuição de cada câmpus ou até de cada curso dentro do indicador geral.

Esta pesquisa analisou apenas duas autarquias federais, mas não se pode desconsiderar o fato de que estas, como também as empresas e profissionais estão inseridos em um contexto mais amplo que divide e comunga o mesmo espaço de territorialidade com outras conceituadas instituições de ensino técnico, públicas e privadas e as de nível superior que proporcionam também o ensino a pesquisa e a extensão, desenvolvimento e disseminando tecnologia e inovação à sociedade catarinense e às organizações que absorvem os profissionais ali forjados.

Por fim, mesmo não indicando uma relação causal entre o número de alunos por professor e os outros indicadores pesquisados, os resultados apresentados podem ser importantes indicadores para os gestores de outras instituições no sentido de medirem seu próprio aproveitamento quanto à qualidade da instituição. Portanto, recomenda-se a replicação da mesma pesquisa apresentada aqui em outras regiões e Instituições para uma comparação dos resultados e definição de possíveis ações que melhorem a proposta de ensino, pesquisa e extensão, aproveitando a qualidade da mão de obra disponibilizada.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. INSTITUTOS FEDERAIS. **Lei 11.892** de 29 de Dez. 2008. Institui os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Brasília, 2009

BRASIL. MEC. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Bases para uma nova proposta da Educação Superior (2003).

BRASIL. MEC. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília – DF. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/>. Acesso em 22 de Jul. 2015.

BRASIL. MEC. **Atribuições dos Institutos Federais**. Brasília – DF. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 22 de Jul. 2015.

BRASIL. MEC. **Atribuições dos Institutos Federais**. Brasília – DF. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 22 de Jul. 2015.

BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 24 de Jul de 2015.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. As políticas de gestão e de avaliação acadêmica no contexto da reforma da educação superior. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Orgs.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

DIAS, Carmem Lúcia; Horiguela, Maria de Lourdes Morales; MARCHELLI, Paulo Sérgio. Políticas para avaliação da qualidade do ensino superior no Brasil: um balanço crítico. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 435-464, set./dez. 2006.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. **Avaliação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 15-24, jul. 1996.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional: das perspectivas tecnológicas às políticas e sociais. In: DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GIOLO, Jaime; RISTOFF, Dilvo. O SINAES como sistema. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, CAPES, Brasília, v. 3 n. 6, dez. 2006.

GOMES, Alfredo Macedo. Estado, mercado e educação superior no Brasil: um modelo analítico. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, set. (2003a). Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 jul 2015.

GOMES, Alfredo Macedo. Política de avaliação da educação superior: controle e massificação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 275-298, set. 2002, Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 jul. 2015.

GREGO, Sônia Maria Duarte. A meta-avaliação como referencial de análise e de reflexão. In: SGUISSARDI, Valdemar. (Org.). **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. Coleção educação contemporânea.

IFC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. www.ifc.edu.br Acesso em 20 de Jul. 2015.

IFSC. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. www.ifsc.edu.br. Acesso em 20 de Jul. 2015.

LEITE, Denise. Ameaças pós-rankings sobrevivência das CPAS e da autoavaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 833-840, nov. 2008.

Pacheco, Eliezer Moreira, et al. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades**. <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/1429/1065>. Acesso e, 28 de Jul. 2015

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. O debate sobre avaliação da educação superior: regulação ou democratização? In: MANCEBO, Daise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. (Org.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Avaliação institucional nas universidades federais e as comissões próprias de avaliação. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n.1, p. 9-28, mar. 2009.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lys Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do Provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no Ensino Superior Brasileiro. **Ensaio: Avaliação. Política Pública. Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p. 291-310, jul./set. 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4 ed. Editora Bookman, Porto Alegre – RS. 2010.